

**PROJETO DE LEI Nº     , DE 2009**  
**(Do Sr. CARLOS BEZERRA)**

Dispõe sobre a posse e a  
comercialização de gás pimenta e  
similares e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A fabricação, a importação, a exportação, a comercialização, o armazenamento, o tráfego, a posse e o manuseio de gás pimenta e similares ficam regulados pelo Decreto nº 3.665, de 2000 – Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105).

Art. 2º As embalagens de mais de cem mililitros contendo o gás pimenta ou similar serão de classificadas como de uso restrito às Forças Armadas, aos órgãos de segurança pública, às guardas municipais, a outros órgãos encarregados da segurança de instituições do Estado e de autoridades governamentais e aos agentes e guardas prisionais.

Parágrafo único. Maiores de dezoito anos poderão adquirir e portar, mediante autorização das Secretarias de Segurança Pública de onde tenham domicílio, embalagens de até cem mililitros contendo o gás pimenta ou similar, classificadas como de uso permitido, mediante a comprovação da efetiva necessidade, da idoneidade, da ocupação lícita e da residência certa do adquirente.

Art. 3º A empresa que comercializar gás pimenta ou similar é obrigada a comunicar a venda à Secretaria de Segurança Pública e a manter banco de dados com os dados cadastrais dos adquirentes.

Art. 4º O uso indevido e os excessos no uso do gás pimenta ou similar sujeitarão os responsáveis às penas cominadas, conforme o resultado, aos crimes contra a pessoa tipificados no Código Penal.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Torna-se cada vez mais freqüente em nosso País o uso do gás pimenta como arma defensiva não letal.

Todavia, o seu uso indiscriminado pode, sim, causar efeitos deletérios à saúde, tornando-se necessária a regulação do uso e das atividades relacionadas a essa substância química; o que é a razão de ser desta proposição.

Via de regra, em todo o mundo, o chamado gás pimenta tem uso consagrado pelas Forças Armadas e pelos órgãos de segurança pública no controle de distúrbios civis e na defesa pessoal, acondicionado em tubos de *spray* ou como bombas de efeito moral, mas nem todos os países admitem o seu uso pelo cidadão comum.

Colocamo-nos em uma posição intermediária, entendendo que, por não ser letal, pode ser utilizado pelo cidadão comum em ações típicas de defesa pessoal, mas que sua disseminação e uso não pode se dar de forma indiscriminada, cabendo o seu controle pelas autoridades.

Para melhor explicar e fundamentar nosso objetivo, pedimos licença para reproduzir um artigo muito pertinente à respeito do tema, que foi publicado no Jornal Folha de São Paulo, em sua edição de 26 de dezembro de 2008:

***“Para especialista, liberação controlada reduziria as mortes por armas de fogo***

*O argumento de quem usa o spray de pimenta é a insegurança nas grandes cidades. Mas apelar para uma solução pessoal – e ilegal – é injustificável?*

*“Em uma sociedade como a nossa, em que a violência é uma realidade, você não pode querer impedir que o cidadão crie caminhos que pareçam mais confortáveis nessa convivência”, diz a advogada Flávia Rahal,*

*presidente do IDDD (Instituto de Defesa do Direito de Defesa). “Mas tem que ter parâmetro legal para isso”.*

*Silvia Ramos, pesquisadora do Cesec (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania), da Universidade Cândido Mendes, crê o argumento da insegurança é falho. “Sensação de insegurança, todos nós temos”, diz. “O que faz com que a pessoa compre algo agressivo é um sentimento de agressividade”.*

*Quando foi um dos diretores da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Robson Rubin propôs a liberação do uso civil do gás. Defensor radical da extinção de armas de fogo, ele crê que a liberação (controlada) é um passo importante para a “redução da letalidade”. “Sem regulamentação, surge mercado clandestino”, afirma.*

*Ele diz que sempre ouve amigas perguntando se podem levar spray na bolsa. “Não é da natureza da mulher usar o revólver, mas o spray ela usaria”, diz. E dá exemplos: “Você está na praça com seus sobrinhos e é atacado por um pitbull; ou a mulher é atacada com um maníaco. Nesses casos, acho que usar o spray é razoável, pois é direito do cidadão se defender.”*

*Para Guaracy Mingardi, diretor de políticas da Secretaria Nacional de Segurança, “o Estado tem que coibir esse comércio. Agora, como é vendido pela internet, fica complicado”.*

Em função do exposto, solicitamos aos nobres pares o necessário apoio para fazer prosperar este projeto de lei.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2009.

**Deputado CARLOS BEZERRA**